

ÍNDICE

Preâmbulo	9
Nota introdutória	11
Capítulo 1. Conceitos básicos e método contabilístico	13
Exercícios de Escolha Múltipla	22
Exercício 1.1	36
Exercício 1.2	39
Exercício 1.3	44
Exercício 1.4	45
Exercício 1.5	48
Exercício 1.6	52
Exercício 1.7	55
Exercício 1.8	56
Exercício 1.9	58
Exercício 1.10	60
Exercício 1.11	63
Exercício 1.12	64
Exercício 1.13	65
Exercício 1.14	66
Exercício 1.15	67
Capítulo 2. Operações correntes	69
Exercícios de Escolha Múltipla	88
Meios financeiros líquidos	101
Exercício 2.1	101
Exercício 2.2	107
Exercício 2.3	111
Exercício 2.4	113
Exercício 2.5	115
Exercício 2.6	116
Exercício 2.7	117
Exercício 2.8	119

Contas a receber e a pagar	120
Exercício 2.9	120
Exercício 2.10	121
Exercício 2.11	122
Exercício 2.12	124
Exercício 2.13	125
Exercício 2.14	127
Exercício 2.15	129
Exercício 2.16	133
Exercício 2.17	135
Exercício 2.18	139
Exercício 2.19	142
Exercício 2.20	143
Exercício 2.21	144
Exercício 2.22	145
Exercício 2.23	147
Inventários e ativos biológicos	149
Exercício 2.24	149
Exercício 2.25	153
Exercício 2.26	156
Exercício 2.27	159
Exercício 2.28	162
Exercício 2.29	164
Exercício 2.30	165
Exercício 2.31	167
Exercício 2.32	168
Exercício 2.33	169
Capítulo 3. Operações não correntes	171
Exercícios de Escolha Múltipla	186
Exercício 3.1	194
Exercício 3.2	196
Exercício 3.3	199
Exercício 3.4	202
Exercício 3.5	203
Exercício 3.6	205

Exercício 3.7	206
Exercício 3.8	207
Exercício 3.9	208
Exercício 3.10	209
Capítulo 4. Fecho de contas e demonstrações financeiras.	211
Exercícios de Escolha Múltipla	223
Exercício 4.1	233
Exercício 4.2	236
Exercício 4.3	242
Exercício 4.4	245
Exercício 4.5	249
Exercício 4.6	255
Exercício 4.7	257
Exercício 4.8	261
Exercício 4.9	265
Exercício 4.10	269
Exercício 4.11	274
Exercício 4.12	281
Exercício 4.13	288
Exercício 4.14	291
Exercício 4.15	297
Exercício 4.16	303
Exercício 4.17	304
Exercício 4.18	306
Exercício 4.19	308
Exercício 4.20	310
Exercício 4.21	312
Exercício 4.22	314
Exercício 4.23	317
Exercício 4.24	319
Exercício 4.25	323

NOTA INTRODUTÓRIA

O objetivo deste livro é proporcionar conhecimentos básicos para entender a contabilidade e o relato financeiro, enquanto sistema de informação indispensável para a tomada de decisões dos diferentes *stakeholders* que interagem com as entidades empresariais.

Através da apresentação de mais de 70 exercícios práticos, uns resolvidos outros propostos, devidamente enquadrados nas normas contabilísticas aplicáveis no âmbito Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a obra introduz conceitos, métodos, técnicas, bem como as principais demonstrações financeiras, que permitem uma melhor compreensão da Contabilidade Financeira enquanto subsistema de informação para a gestão.

O livro procura enquadrar as principais operações nos respetivos ciclos de uma entidade económica e articulá-las, seguindo as orientações normativas, com as demonstrações financeiras onde devem ser refletidas e relatadas. Assim, os exercícios encontram-se organizados em quatro capítulos, abrangendo matérias de conceitos básicos e método contabilístico, operações correntes (meios financeiros líquidos, dívidas a receber e a pagar, e inventários e ativos biológicos), operações não correntes (designadamente, investimentos), e demonstrações financeiras no âmbito da prestação de contas.

O conjunto de exercícios apresentado resulta da vasta experiência de lecionação dos autores que, assim, considerando também quem com elas foi colaborando, usam os materiais que foram criando e utilizando nas suas aulas, incluindo em momentos de avaliação.

CAPÍTULO 1

CONCEITOS BÁSICOS E MÉTODO CONTABILÍSTICO

Os exercícios apresentados neste capítulo versam sobre noções fundamentais de Contabilidade Financeira. A saber:

- Património e agregados patrimoniais
- Classes patrimoniais
- Equação fundamental da contabilidade
- Factos patrimoniais permutativos e modificativos
- Fluxos das entidades
- Contas e regras de movimentação (método de registo contabilístico)
- Demonstrações financeiras simplificadas – Balanço

Bibliografia

Borges, A., Rodrigues, A., Rodrigues, R. (2014). Elementos de Contabilidade Geral. (2.ª ed.). Lisboa: Áreas Editora.

SNC – Sistema de Normalização Contabilística, Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho [Código de Contas – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho; Estrutura Concetual – Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho; NCRF 1 – Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho].

A contabilidade financeira pode ser definida como um sistema de informação que reflete a atividade de uma determinada entidade económica. Neste sentido, recolhe, organiza, regista e apresenta informação, essencialmente de natureza financeira, com base no que acontece no dia-a-dia da entidade, com consequências no seu património. Adicionalmente, relata e divulga periodicamente resumos da informação preparada, nas designadas demonstrações financeiras (DF), a fim de dar a conhecer a múltiplos utilizadores, a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade, que se assume assim como entidade de reporte.

Ao desenvolverem a sua atividade, visando certos fins (no setor empresarial, o lucro), num pressuposto de continuidade (Estrutura Concetual do SNC, §23), as entidades económicas dispõem de meios e geram obrigações.

Assim, ao total de recursos controlados (bens com existência física ou não e direitos) e obrigações contraídas, expressos em valor monetário, por uma entidade económica, no exercício da sua atividade, chamamos de PATRIMÓNIO (*global ou complexo*). O património é, assim, composto por um conjunto heterogéneo de elementos de diferente natureza, como sejam, máquinas, dinheiro no banco, mercadorias, dívidas a receber dos clientes, dívidas a pagar aos fornecedores, quotas noutras empresas, dívidas à banca e ao Estado, entre muitos. Há, por isso, necessidade de organização e classificação dos diversos elementos patrimoniais em grupos e sub-grupos, de naturezas mais homogéneas, com o objetivo de facilitar o trabalho contabilístico, a divulgação das demonstrações financeiras e a leitura pelos utilizadores da informação financeira.

Assim, numa primeira linha, o património global de uma entidade divide-se em grandes agregados ou massas patrimoniais:

- ATIVO – recursos que a entidade controla (essencialmente, bens que possui e direitos a receber) que permitem gerar benefícios económicos futuros; e
- PASSIVO – obrigações presentes, a pagar no futuro, que resultarão em sacrifícios económicos futuros.

Por sua vez, estes dividem-se em classes, contas e subcontas que mais não são do que agrupamentos de elementos patrimoniais cada vez mais homogéneos. Nas classes são exemplos, meios financeiros líquidos, contas a receber e a pagar, inventários e ativos biológicos, investimentos, capital, reservas e resultados transitados, gastos, rendimentos e resultados. Nas contas, são exemplos depósitos à ordem, clientes, fornecedores, pessoal, mercadorias, Estado e outros entes públicos, vendas,

fornecimentos e serviços externos, entre muitas, de acordo com a natureza e função dos elementos patrimoniais (ver Código de Contas do SNC).

No que respeita ao seu valor, o património global é a soma de todos os elementos ativos e passivos. Mas, a natureza diversa, e “contrária”, dos agregados que o compõem, faz com que este valor perca significado económico. Na verdade, as entidades económicas têm mais interesse em perceber o valor do seu património líquido, evidenciando quanto lhe resta dos recursos depois de sanadas as obrigações, parcela que reverte para os seus proprietários. Assim, o Património Líquido é a diferença entre o total do Ativo e o total do Passivo, sendo também designado de SITUAÇÃO LÍQUIDA ou CAPITAL PRÓPRIO (este por oposição ao capital alheio, designação alternativa de passivo), ou seja:

$$\text{Capital Próprio (CP)} = \text{Ativo (A)} - \text{Passivo (P)}$$

que também pode ser traduzida por:

$$\text{Ativo (A)} = \text{Passivo (P)} + \text{Capital Próprio (CP)}$$

Esta igualdade traduz um equilíbrio fundamental (uma dualidade em aplicações de fundos – ativo, e origens de fundos para financiar as aplicações – passivo e capital próprio) traduzido no balanço, por relacionamento entre os agregados patrimoniais. É por isso conhecida como a *equação fundamental da contabilidade* ou *equação fundamental do balanço*.

Neste “equilíbrio”, três situações são possíveis de ocorrer:

$$A > P \rightarrow A - P > 0 \text{ (CP positivo)}$$

$$A = P \rightarrow A - P = 0 \text{ (CP nulo)}$$

$$A < P \rightarrow A - P < 0 \text{ (CP negativo)}$$

Pelo que, $A = P \pm \text{CP}$.

Quanto à sua classificação, os elementos do ativo e do passivo podem dividir-se em correntes e não correntes, consoante permaneçam no património da entidade até um ano (sendo renovados com o ciclo de exploração) ou a médio e longo prazo (tenham alguma continuidade e permanência), respetivamente.

O património, seja ele global, bruto ou líquido, não é estático, dado que, no quotidiano das atividades das entidades económicas, existem diversos acontecimentos e

operações, que se refletem em transações que têm incidência no seu património. Contabilisticamente estas transações designam-se por factos patrimoniais, e podem ser:

- PERMUTATIVOS – implicam apenas alteração na composição do património, mas não no seu valor (património líquido); ou
- MODIFICATIVOS – implicam não só alteração na composição, mas também no valor do património (património líquido).

Muitas transações são entre a entidade e outras (clientes e outros devedores, fornecedores e outros credores, Estado, mutuantes, etc.), entre as quais há troca de fluxos reais (entradas e saídas de bens e serviços) que têm como contrapartida fluxos financeiros associados a fluxos monetários.

Assim, a aquisição de bens e serviços gera, em contrapartida, a obrigação de efetuar o pagamento correspondente à remuneração destes fatores produtivos, i.e., uma saída presente ou futura de meios líquidos, independentemente da sua utilização ou consumo. Esta obrigação constitui a DESPESA, a que se associa o PAGAMENTO. Por sua vez, a venda de bens e prestação de serviços, gera o direito a receber o valor correspondente, i.e., uma entrada presente ou futura de meios líquidos. Este direito é a RECEITA, a que se associa o RECEBIMENTO. Despesa e receita são fluxos financeiros associados aos fluxos reais e que implicam fluxos monetários (contraprestação pecuniária – pagamentos e recebimentos).

Por outro lado, internamente à entidade também existem transações que correspondem a fluxos reais, nomeadamente transformações dos meios adquiridos pela empresa em bens e serviços colocados à disposição dos clientes. Os consumos ou utilizações dos meios ou recursos na produção, nas vendas e nas prestações de serviços são os GASTOS (diminuições nos benefícios económicos, associados a reduções do ativo ou aumentos do passivo), que implicam REDUÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO. A obtenção de produtos (bens ou serviços aptos a serem vendidos ou utilizados pelos clientes), vendas e prestações de serviços são os RENDIMENTOS (aumentos nos benefícios económicos, associados a aumentos do ativo ou reduções do passivo), que implicam AUMENTOS DO CAPITAL PRÓPRIO.

O Quadro 1 resume os tipos de fluxos e as DF em que se refletem particularmente.

Para que os impactos, das transações e dos fluxos, no património da entidade sejam refletidos nas DF, é necessário antes serem registados nos respetivos elementos patrimoniais, agregados, como referido, em contas e subcontas, dentro de classes.

Quadro 1. Fluxos das entidades

Tipos de Fluxos	Perspetiva	Demonstrações Financeiras
FLUXOS FINANCEIROS (externos): Despesas Receitas	FINANCEIRA	Balço e Demonstração de Alterações no CP
FLUXOS ECONÓMICOS (internos): Gastos Rendimentos	ECONÓMICA	Demonstrações dos Resultados (por Naturezas e/ou por Funções)
FLUXOS MONETÁRIOS (externos): Pagamentos Recebimentos	MONETÁRIA	Demonstração dos Fluxos de Caixa

Uma conta define-se como um conjunto de elementos patrimoniais expresso em unidades de valor. Cada conta é constituída por um título (e.g. Clientes) e um valor (designado de “saldo”). Os requisitos principais de cada conta são a homogeneidade e a integralidade. Quanto aos tipos, há contas principais e contas divisionárias (subcontas).

Graficamente, a conta/subconta representa-se por um “T”, que é um quadro de dupla entrada (Figura 1) onde se registam as variações positivas e negativas nos elementos patrimoniais, cada uma de seu lado, pois não há registos com sinal negativo.

Figura 1. Representação gráfica da conta

Deve/Débito	TÍTULO	Haver/Crédito
AUMENTOS DIMINUIÇÕES		AUMENTOS DIMINUIÇÕES

Em cada conta/subconta,

$$\text{Saldo inicial } +/- \text{ aumentos/diminuições} = \text{Saldo final}$$

O saldo final é DEVEDOR se Débito > Crédito; é CREDOR se Crédito > Débito.